



Escola Classe Cachoeirinha

Projeto Pedagógico

São Sebastião-DF, 2023

Escola Classe Cachoeirinha



Projeto Pedagógico - 2023



O Despertar do Campo

Projeto Político Pedagógica da Escola Classe Cachoeirinha

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Cachoeirinha – Escola do Campo,
sob a gestão de Ildemar de Castro Serrano e
Andréia de Souza Rodrigues, apresenta-se como
documento norteador da ação escolar do
ano de 2023.

São Sebastião/DF, 2023.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
-----------------	---



2. HISTÓRICO	7
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	12
4. FUNÇÃO SOCIAL	16
5. MISSÃO	17
6. PRINCÍPIOS	18
7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	27
8. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	29
11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÃO E PRÁTICAS	36
12. PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICO	40
13. PROJETOS ESPECÍFICOS	42
14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	43
15.REFERÊNCIAS	44

1. APRESENTAÇÃO

Nossa Proposta Pedagógica nasceu no ano de 2006 e vem sendo avaliada e reelaborada ano a ano, conforme a necessidade e desenvolvimento de nossa comunidade, com a participação do corpo docente, pais e responsáveis pelo corpo discente, Conselho Escolar e toda a comunidade escolar, em reuniões realizadas na escola com a presença de



todos que atenderam à convocação da gestão conforme despacho-SEI nº 91750471. https://sei.df.gov.br/sei/imagens/sei_documento_interno.gif e com preenchimento de pesquisas via formulários do google.

Os estudantes foram ouvidos por meio de desenhos, redações e rodas de conversa com seus professores, onde puderam expressar os desejos e expectativas com relação à escola.

Nosso PPP tem a pretensão de confirmar nossa identidade do campo, onde atendemos aos estudantes e comunidades camponesas visando o respeito à preservação de seus conhecimentos, de sua cultura e da natureza que os cercam. Assim também com o objetivo de propor um processo de reeducação reflexiva comprometida com a formação de sujeitos de direitos e como tal com visão crítica, criativa, participativa e atuante dentro de seus conceitos e atitudes na escola e para a vida.

Elaborado com a participação de:

- Equipe Gestora
- Professores
- Serviço de Orientação Educacional
- Coordenação Pedagógica
- Secretaria Escolar
- Membros do Conselho Escolar
- Pais, Mães e Responsáveis Legais





1.1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Unidade de Ensino: Escola Classe Cachoeirinha

CRE: São Sebastião

E-mail: ec.cachoeirinha@edu.se.df.gov.br

Portaria: n° 129 de 18/07/2000

Parecer: n° 19-CEDF, de 7 /05/1970. Boletim n° 5 – CEDF

INEP: 53009762

Localização: BR 251, km 38 – Fazenda santa Bárbara

CEP: 71693-993

EQUIPE GESTORA DA ESCOLA

- Diretor da U.E: Ildemar de Castro Serrano
- Vice-Diretora: Andréia de Souza Rodrigues
- Coordenadora Pedagógica: Evani Soares dos Santos
- Coordenador Pedagógico do integral: Cláudio Ricardo Martins Braga
- Chefe de Secretaria: Maria das Luz Ferreira Costa

CORPO DOCENTE DA ESCOLA

- I Período da Educação Infantil: Taíse Ferreira Dantas
- II Período da Educação Infantil: Patrícia de Oliveira Silva Barboza
- 1° Ano do Ensino Fundamental: Aline Lamounier Pires
- 2° Ano do Ensino Fundamental: Rosy Lilian de Faria Barreto Roriz
- 3° Ano do Ensino Fundamental: Edmar Alves dos Anjos
- 4° Ano do Ensino Fundamental: Arlinda Tolentino de Oliveira Neta
- 5° Ano do Ensino Fundamental: Dayse Ulisses da Silva
- Professora do integral matutino: Arlete Alves Veloso
- Professor do integral vespertino: Robert Moreira Barbosa

EQUIPE DE APOIO PEDAGÓGICO

- Pedagoga da EEAA/SEAA: Não há
- Orientadora Educacional: Andréia de Souza Rodrigues
- Sala de Leitura: Não há

APOIO ADMINISTRATIVO

- Vigilantes: Rafael da Silva Rego,
Osmar Abadia Oliveira,
Sérgio dos Santos Brito
André Pereira Sales
- Auxiliares de Serviços Gerais: Natal dos Santos Brito
Cilene Ferreira Gama



Gabriela Almeida Gomes
Raian Ribeiro de Souza

- Merendeira: Lisédia Lopes da Silva
Alaine da Silva Souza
Simaira Braga Soares

CONSELHO ESCOLAR

- Seguimento pais e presidente: Ângela Maria de Oliveira Damas
- Seguimento pais e vice-presidente: Gercina Dalva da Silva
- Seguimento carreira assistência e secretário: Wellington Pereira Silveira
- Seguimento carreira magistério e membro: Mirismar Torres Reis

MEMBROS DA UEX E CONSELHO FISCAL

- Presidente: Ildemar De Castro Serrano
- Vice-presidente: Suzanny Ilídia da Silva
- 1º secretária: Alaine Da Silva Souza
- 2º secretária: Maria Ivone Da Silva Souza
- 1º tesoureira: Albeni Sales Pereira
- 2º tesoureiro: Lisédia Lopes Da Silva
- Conselheiro Fiscal: Natal Dos Santos Brito
- Conselheiro Fiscal: Rafael Da Silva Rego
- Conselheiro Fiscal: Osmar Abadia Oliveira
- Suplente de conselheiro Fiscal: André Pereira Sales
- Suplente de conselheiro Fiscal: Sérgio Dos Santos Brito

PADRÕES DE RECURSOS

- PDAF
- PDDE
- Educação Conectada

2. HISTÓRICO





Descrição histórica

A escola surgiu em 1966, quando o Sr. Diogo Machado, fazendeiro da região, sensibilizado pelo grande número de crianças fora da sala de aula, contratou por conta própria uma professora para alfabetizar os filhos de seus empregados e vizinhos. De início, cedeu a garagem de sua casa, mas com o passar do tempo o número de estudantes foi aumentando, tendo a necessidade de uma casa maior. Em decorrência desse fato o Sr. Diogo Machado transferiu os alunos para uma casa que ficava perto de uma cachoeira.

Após alguns anos de funcionamento a extinta FEDF, tomou conhecimento regulamentando, portanto, a escola, passando a se chamar Escola Rural Cachoeirinha, conforme parecer nº 19 CEDF de 07/05/80 – resolução nº 95 CD de 21/09/76 – reconhecimento em 07/07/80. Com essa regulamentação a FEDF contratou mais um (01) professor e assim a escola funcionou por alguns anos até a morte do Sr. Diogo Machado, ocasionando o fechamento da escola.

Tendo conhecimento do fato, o Sr. Salviano, afilhado do Sr. Diogo, cedeu um pedaço de terra de sua fazenda para a construção da escola a qual até hoje está funcionando. No início do funcionamento e da construção do prédio da escola não havia diretor, apenas um (01) professor ficava responsável pelo funcionamento. Em 1994, foi criada a função de Diretor de escola rural, nomeada como a primeira diretora a Sra. Ivoneide Maria Rosa, que ficou até 2001. Com a sua saída, foi nomeada a Sra. Joana D'arc Garcia que permaneceu na função até julho de 2007. Na sequência foi nomeada a Sra. Maria Aparecida Maciel que permaneceu até 2016. Desde então o Sr. Ildemar de Castro Serrano responde pelo cargo de diretor da Escola Classe Cachoeirinha.

Em 2014, valendo-se das orientações oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, a escola optou pela adesão ao sistema de Ciclos para o Ensino Fundamental, com o objetivo de otimizar os espaços e tempos escolares de modo a enfrentar os índices de reprovação e os percursos diferenciados de escolarização. Esperando, dessa forma, contribuir para uma formação dos estudantes em todas as suas potencialidades.

A Escola Classe Cachoeirinha está localizada no Núcleo Rural Nova Betânia, Fazenda Santa Bárbara, BR 251 Km 38, a 20 km da Região Administrativa de São Sebastião, e a 40 km do centro de Brasília. O acesso é feito parte em estrada pavimentada e parte em estrada de chão.

2.1 Caracterização física da Escola Classe Cachoeirinha

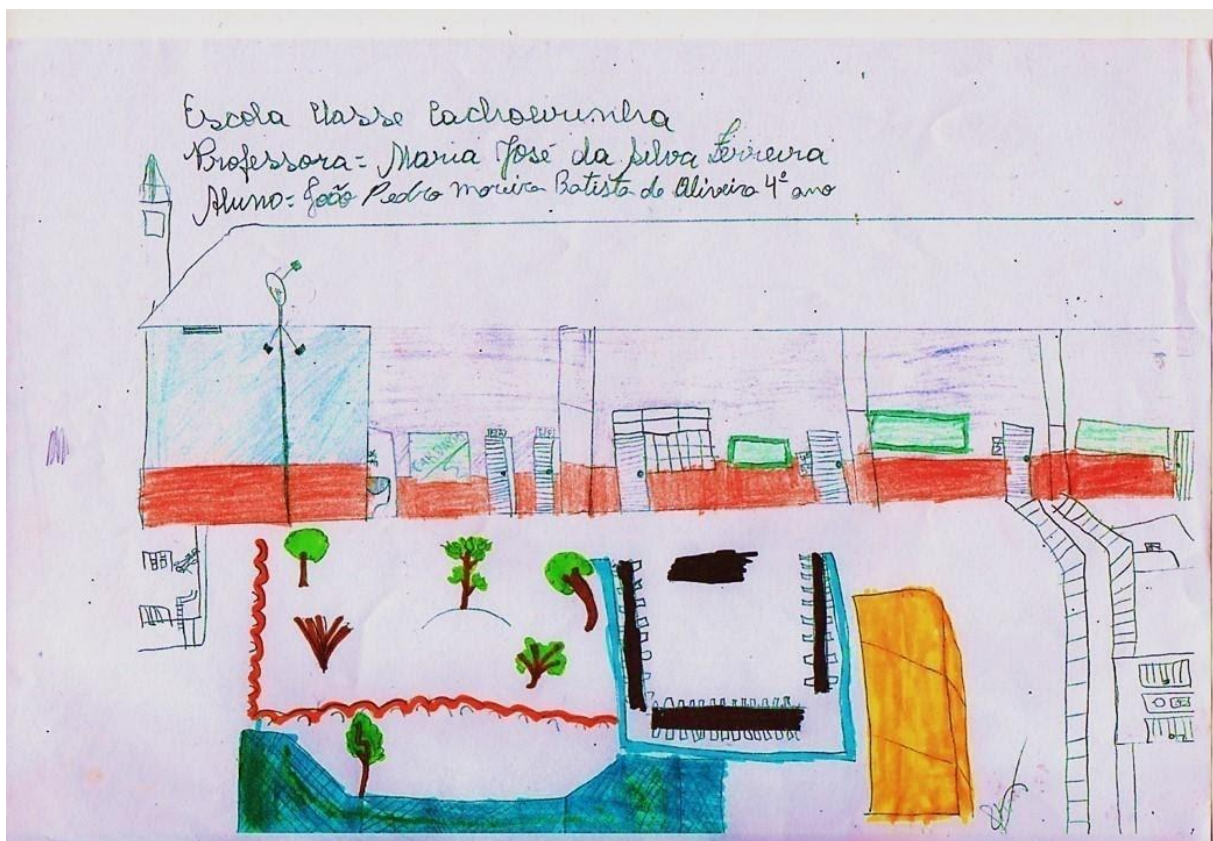
Quantidade - Dependências



- 04 - Salas de Aula
- 01 - Secretaria
- 01 - Sala de Direção
- 01 - Sala de Professores
- 01 - Sala de Leitura
- 01 - Sala da AAEE e do serviço de Orientação Educacional
- 01 - Cantina Depósito de gêneros alimentícios
- 01 - Depósito
- 07 - Banheiros
- 01 - Espaço coberto multiuso

- 01 - Quadra Poliesportiva sem cobertura, sem vestiários e sem arquibancada
- 01 - Parquinho de areia com um escorregador, três gangorras, três balanços e uma roda de girar
- 01 - Depósito Material de Expediente
- 02 - Salas de Atividades da Educação Integral
- 01 - Área verde dentro das dependências da escola

Não tem sala de Coordenação Pedagógica
Não tem área pública ao redor da escola
Não tem depósito de material de Educação Física



ESPAÇO E SUA UTILIZAÇÃO

Direção - Funciona para os atendimentos:



- Atendimento das necessidades diversas que compete a equipe gestora; Acompanhamento das câmeras de segurança.
- Depósito de material eletrônico. Mecanografia de uso geral.

Sala da Equipe - Funciona para os atendimentos:

- Orientação Educacional: Visando oferecer, aos atendimentos de estudantes e de professores, pais em suas necessidades básicas de orientações e encaminhamentos profissionais e para sala de recursos;

Secretaria: - Funciona para os atendimentos:

- Aos funcionários, estudantes e familiares em momentos que necessitam de maior confidencialidade no assunto tratado;
- Acolhe o secretário nas atividades de escrituração e arquivo, bem como administrativo.

Sala dos Professores / Coordenação Pedagógica - Funciona para os atendimentos:

- Aos professores como espaço de estudo, organização e planejamento de conteúdos e atividades que envolvam o aprendizado dos alunos e estruturação do trabalho pedagógico do grupo.
- Ao coordenador pedagógico para acompanhamento e colaboração junto aos professores, para organização, planejamento e construção das atividades desenvolvidas pelo grupo.

Sala de leitura - Funciona para os atendimentos:



- Prioritariamente, aos estudantes e professores em suas necessidades básicas de pesquisa e enriquecimento ou complementação de trabalhos.

Possui um acervo diversificado e periodicamente atualizado de livros diversos com variedade de temas literários e de pesquisas acadêmicas;

- Atende os momentos de vídeos, TV, slides, cineminha e reuniões que estejam os funcionários de um mesmo turno;
- Atendimento das aulas de reforço pedagógico.

Salas de aulas:

- Visa, o atendimento de estudantes e de professores em suas necessidades básicas de aprendizagem de todos os conteúdos incluindo *ciências* e enriquecimento ou



complementação de trabalhos dos alunos e alunas. É onde os estudantes passam a maior parte do tempo por oferecer suporte às suas produções acadêmicas.



Pátio coberto utilizado como auditório e refeitório:



- Ambiente utilizado pelos estudantes e funcionários, nas atividades pedagógicas, palestras, recepção dos estudantes antes de entrarem nas salas de aula. Onde acontece a reunião de pais e demais reuniões que necessite de mais espaço, local utilizado também nas diversas atividades bem como apresentações de teatro, aulas de artes, refeições, entre outras.

Parque Infantil:



- Espaço de lazer ao ar livre, com brinquedos diversos para interações e situações de aprendizagens lúdicas das crianças da educação infantil e 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental de 9 anos.



Quadra Poliesportiva descoberta:

- Espaço de realização de esportes e atividades de motricidade e recreação. Local que atende a toda comunidade para realização de jogos e campeonatos.



3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A escola atende atualmente cerca de 120 alunos em média, com faixa etária de 4 a 11 anos. O perfil dos responsáveis segue aos demais das regiões camponesas e periféricas, compostas por chacareiros, caseiros, lavradores, diaristas, trabalhadores empregados das granjas, produtores agrícolas, com renda variadas, indo de desempregados a funcionários públicos e ou privados com



melhores condições de renda. A maioria com baixa renda, participam de programas sociais do governo para garantir a subsistência básica de suas famílias. Poucos pais têm formação em nível superior. Alguns estudaram até o ensino médio, a maioria dos pais somente os anos iniciais do Ensino Fundamental e uma minoria ainda não alcançou o letramento inicial, problema que vinha sendo sanado pela oferta do EJA 1º segmento que funcionou na região e que precisa voltar a ser oferecido pela SEDF garantindo o direito de acesso à educação e a cultura desse povo camponês.

Nossos alunos são oriundos das regiões de Chapada, Xis-Maria, Barreiros I e II, condomínios do balão de UNAI, Mansões Park Brasília e Jardim ABC (entorno sul de Brasília). Com base em dados levantados no ano corrente, a grande maioria dos alunos situados nessas localidades encontra-se em situação de vulnerabilidade social.

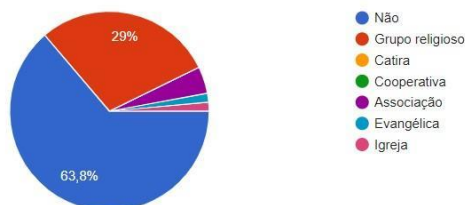
Em relação às verbas governamentais, os recursos financeiros destinados à escola são: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE: Básico, Estrutura e Educação Integral), o Programa Mais Educação, o Programa Mais Alfabetização, o Programa Educador Social Voluntário e o Programa de Descentralização de Recursos Financeiros (PDAF). Eles são administrados pelo Caixa Escolar, com o auxílio e fiscalização do Conselho Escolar e da comunidade. Além destes recursos, a escola conta também — não em todos os anos — com a colaboração e com as doações dos “Parceiros da Escola”, como por exemplo, o Centro Espírita Recanto de Maria (REMA), que todos os anos faz doação de materiais escolares individuais aos alunos, o Rotary Clube, alguns pais de alunos e também eventuais verbas parlamentares. Todavia, contamos com o apoio, sempre que possível, da Coordenação Regional de Ensino, da Administração de São Sebastião.

É consenso entre todos os membros da comunidade escolar, a necessidade do investimento governamental para a construção de um refeitório para que as crianças possam realizar as 4 refeições diárias confortavelmente, além de um laboratório de informática e ciências, para atender não só a escola como também a comunidade local. Faz-se imprescindível tais investimentos, para que os esforços em prol da

qualidade de ensino sejam potencialmente reforçados e os resultados sejam amplamente alcançados.

Na casa da criança, alguém participa de algum grupo de:

69 respostas



Nesta comunidade o lazer se resume a esporádicos eventos desenvolvidos pelas entidades religiosas, times de futebol locais e bares. Muitos nunca frequentaram um cinema ou teatro de auditório, nunca andaram de METRÔ, mesmo tendo esse meio de transporte localizado a menos de 38 Km da escola. Algumas famílias não têm em suas residências jornais, revistas, livros, periódicos e outros meios de comunicação, que muitas vezes são



manuseados somente na escola, fator que aumenta a dificuldade em lidar com os mesmos na hora das atividades escolares, pois essa ausência de estímulos culturais dificulta a aquisição de conhecimentos fora do seu local de convivência. Nesse sentido, buscando oportunizar vivências culturais a E.C Cachoeirinha procura viabilizar aos alunos o acesso a eventos culturais e visitas a museus e outros patrimônios materiais do Distrito Federal, promovendo assim a iniciação ao aprendizado e a sistematização para pesquisas de campo.

3.1 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

O levantamento dos dados socioeconômicos da comunidade escolar foi feito em parte presencial com visita dos estudantes a algumas moradias e em parte com os questionários enviados pelos alunos e respondidos em conjunto com a família por meio do Formulário Google, os quais serão apresentados ao longo deste PPP.

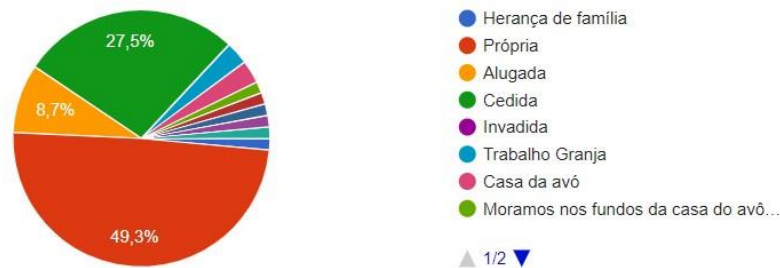
Qual o local em que a criança reside?

68 respostas



A casa em que o estudante mora é:

69 respostas



A ÁGUA utilizada dentro de casa para fazer comida e a higiene, vem de onde?

69 respostas

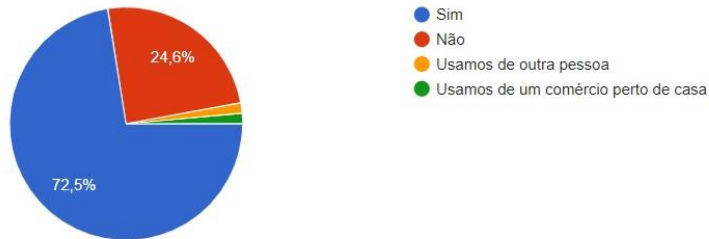




Tem internet Banda Larga (WI-FI) paga.

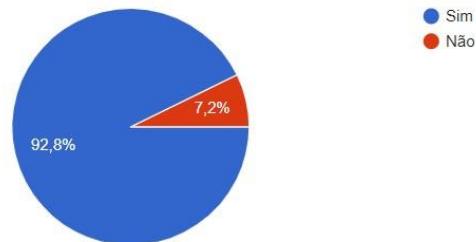


69 respostas



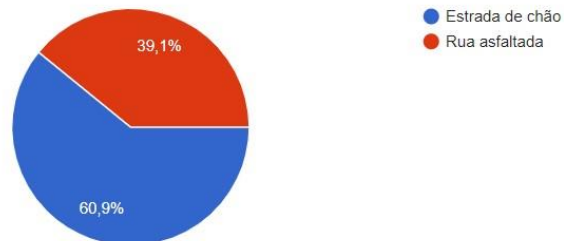
O estudante utiliza o ônibus escolar?

69 respostas



Se a resposta for sim, depois que o estudante desce do ônibus escolar, como é o caminho para casa?

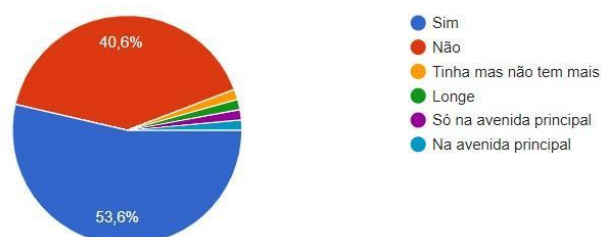
69 respostas



Tem transporte público onde o estudante mora?



69 respostas





Conviver - As crianças têm o direito de conviver com outros indivíduos, usando diferentes linguagens e aumentando o conhecimento;

Brincar - Elas têm o direito de brincar diariamente, em diferentes formas e espaços, ampliando as produções culturais;

Participar - Toda a criança tem o direito de participar com adultos e outras crianças, na realização de atividades familiares e escolares;

Explorar - Elas devem explorar todos os movimentos, desde gestos, sons, formas cores, palavras, entre outros, ampliando assim os seus saberes sobre a cultura;

Expressar - Todas as crianças têm o direito de expressarem as suas emoções e necessidades em qualquer patamar;

Conhecer-se - Elas devem construir a sua identidade pessoal, social e cultural.

Desde 2008, a Escola Classe Cachoeirinha tem desenvolvido seu Projeto Político Pedagógico (PPP), com a função de promover educação para a convivência social e a sustentabilidade planetária a visão: *Ser uma instituição de referência em educação, reconhecida pela sua inserção comunitária com os valores: honestidade, respeito, amor, amizade, ética, solidariedade, comprometimento, gratidão, bondade, senso crítico, acolhimento e tolerância.* Metas definidas pela instituição confluem com os objetivos da Escola, apresentados neste Documento.

5. MISSÃO

Observando essas características, a E.C. Cachoeirinha dentro de seu planejamento, procurando atender as necessidades sociais dessas comunidades, tem trabalhado para que o processo educacional ocorra de forma mais qualitativa, na medida em que os estudantes venham a se sentir pertencentes ao ambiente escolar em que estão inseridos. Para tanto, a escola dispõe de um canal aberto de comunicação entre comunidade, estudantes, professores e direção. Ao sentir-se pertencente a um determinado ambiente, como a escola, alunos e alunas criam um vínculo de respeito mútuo.

É nessa linha de raciocínio da construção de identidade que as práticas e estratégias pedagógicas tiveram como finalidade a construção do sentimento de pertencimento à comunidade escolar do campo.



Além de promover o conhecimento acadêmico, a E.C. Cachoeirinha tem o compromisso com a comunidade de valorizar e preservar a cultura local, com a missão de formar cidadãos que saibam, acima de tudo, serem sujeitos construtores da própria história.

6. Princípios



“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.” (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo)



Matrizes Camponesas

Faz-se necessário a inclusão das Matrizes Camponesas, facilmente encontradas na página 19, do documento “DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL”.

- **Terra** - Espaço de produção de vida, lugar de construção de territorialidades emergentes da relação homem e natureza. Constitui-se matriz formadora, pois carrega em si sua própria pedagogia, uma vez que, “pela agricultura, o ser humano se apropria da terra como produção de vida e de si mesmo, modifica a terra e se modifica”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012. p. 558).
- **Trabalho** - Relação fundante da criatividade camponesa, ação direta e mobilização de forças produtivas inovadoras. Na Educação do Campo, a matriz trabalho é considerada princípio educativo. “Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico, no qual parte do trabalho como produtor dos meios de vida tanto nos aspectos materiais quanto culturais”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 749)
- **História** - Legado da memória, imaginário social significativo para as identidades locais. Assim, “a escola é um lugar que recupera e trabalha com os tesouros do passado. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo em que busca conhecer profundamente a história da humanidade”. (CALDART, 2003, p. 76)
- **Cultura** - “Trata-se da criação e da recriação que emerge das relações nas quais os seres humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios”. Esta matriz relaciona-se diretamente com a matriz terra, quando “essas transformações se dão na ordem material, ou seja, quando a criação e a recriação tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 179). Aliados a essa dimensão, somam-se os aspectos imateriais da cultura (LARAIA, 2001), que dialogam com as criações que independem do trabalho a partir da terra, como contação de histórias, poesias, cantigas, danças, brincadeiras, técnicas de produção artesanal, receitas etc.
- **Luta Social** - Processos de conquista de territórios e direitos, consolidação das sociedades camponesas em seus espaços. “As lutas sociais são enfrentamentos organizados, portanto coletivos, de determinadas situações sociais, na defesa de interesses também coletivos, feitos, de forma massiva, pelas próprias pessoas envolvidas na situação” (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p. 548).
- **Vivências de Opressão** - conjunto de experiências conformadoras de visões de mundo próprias e resilientes dos sujeitos, cuja história de resistência na luta pelo seu modo de vida lhes confere ricos conhecimentos de organização popular e adaptação ao seu meio. Freire reconhece, em sua obra Pedagogia do oprimido, que nas vivências de opressão, os sujeitos do campo e outros sujeitos (coletivos e movimentos sociais) trazem seus saberes, pedagogias de aprendizados das vivências cruéis da subalternização. (ARROYO, 2012. p. 13-14).
- **Conhecimento Popular** - conhecimento que parte dos sujeitos e apresenta soluções e formas inovadoras de criação e técnicas. No geral, os saberes tradicionais se perpetuam pela transmissão geracional e, na maioria das vezes, se encontram não sistematizados. “Se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando



territorialidades”. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO, 2012, p.179).

- **Organização Coletiva** - capacidade de mobilizar forças sociais para ações de cidadania ativa e reivindicação de direitos coletivos. Diz respeito a um sujeito social e se refere à associação de pessoas que passam a ter uma identidade de ação na sociedade, e, portanto, de formação e organização em vista de interesses comuns e de um projeto coletivo.

Essas matrizes deverão ser consideradas nos debates realizados nas Coordenações Pedagógicas, no processo de construção dos Projetos Pedagógicos das unidades escolares do campo, na organização do trabalho pedagógico e em propostas de formação continuada.

“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.” (Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo – 2008).

A “EDUCAÇÃO DO CAMPO” e seus marcos normativos

A filosofia da escola do campo é embasada em uma perspectiva de construção dos saberes, engajamento nos movimentos sociais e com uma pedagogia diferenciada, isto é, reafirmada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, Art. 2º, parágrafo único:

“Um elemento fundamental para a construção/afirmação coletiva de uma concepção de educação foi identificar o processo de formação humana, vivido pela coletividade (...) em luta como matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento mais pleno do ser humano e ocupada com a formação de lutadores e construtores de novas relações sociais. Isso levou a refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos (...) e a extrair dele lições de pedagogia que permitem qualificar a intencionalidade educativa do movimento, pondo em ação diferentes matrizes constituidoras do ser humano...”



Dentro desta perspectiva, incluímos em nossa prática diária, e como consequência, em nossa Proposta Pedagógica o objetivo de contribuir para a formação de um sujeito detentor de direitos e de deveres para com sua sociedade, com o meio ambiente e com a terra.



Aluno Brayn colhendo as varças na horta para complementar o almoço servido pelo SEDF. 18/06/2019 Foto: Amigo da escola João Pedro

“Considerando os sujeitos numa perspectiva de formação multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. E a educação é uma prática social que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também, como ‘protetora’ e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia da instituição escolar para constituí-la, e, talvez, ressignificá-la.” (Currículo em Movimento do Distrito Federal - 2ª edição, 2018).

Podemos destacar duas recentes conquistas deste processo: a aprovação das Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002, do Conselho Nacional de Educação) e a assinatura do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse Decreto traz aspectos importantes a serem destacados para que se compreenda a educação do campo.

São eles:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

- I. – Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e
- II.– **Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.**

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político



pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Art. 2º São princípios da educação do campo:

- I. – Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. – Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III. – Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV. – Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curricular e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- V. – Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

A educação do campo está ajudando a produzir um novo olhar para o campo. E faz isso em sintonia com toda uma nova dinâmica social de valorização deste território e de busca de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele. Uma dinâmica que vem sendo construída por sujeitos que já não aceitam que o campo seja lugar de atraso e de discriminação, mas sim consideram e lutam para fazer dele uma possibilidade de vida e de trabalho para muitas pessoas, assim como a cidade também deve sê-lo; nem melhor, nem pior, apenas diferente.

Contudo, para alcançar esse objetivo na escola do Campo, é preciso alterar a organização do trabalho pedagógico, rompendo com os mecanismos de subordinação da escola tradicional e instaurando processos pedagógicos participativos, tornando possível que a escola seja capaz de trabalhar, viver, construir e lutar coletivamente, para que as crianças, jovens e adultos possam organizar suas vidas e a vida coletiva. Assim a escola estará construindo cidadania, direitos e protagonismos, o que se faz nas relações cotidianas e não pelo verbalismo. Tais processos pedagógicos participativos permitirão aos estudantes que participem da gestão da sala, da escola e da sociedade vivenciando desde o interior da escola formas democráticas de trabalho que marcarão profundamente sua formação. (SEEDF, Currículo em Movimento da Educação Básica, pressupostos teóricos da educação do campo, p. 46 e 47).

Plano Distrital de Educação do Distrito Federal



Estratégias da Meta 8 - para a realidade da Escola Classe Cachoeirinha

8.1 – Garantir a estruturação curricular e pedagógica voltada à realidade do campo em todos os níveis de ensino, enfatizando as diferentes linguagens e os diversos espaços pedagógicos, conforme as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

c) trabalho pedagógico organizado, segundo os princípios e as matrizes da educação do campo, incluindo currículos diferenciados e apropriados aos sujeitos da educação de jovens e adultos – EJA;

e) suporte de infraestrutura e materiais apropriados para a produção do conhecimento com esses sujeitos;

g) articulação e coordenação inter-setorial para a concretização da expansão da escolaridade da população brasileira, envolvendo as áreas de educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social, cultura, ciência e tecnologia, justiça, entre outros.

8.3 – Garantir acesso público ao ensino fundamental, incluindo ofertas específicas de alfabetização, ensino médio e ensino médio integrado à educação profissional a jovens, adultos e idosos, conforme as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

8.5 – Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos na rede pública de ensino.

8.6 – Criar e manter Sistema de Informações de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – SIEJAIT, articulado com a função dos agentes colaboradores da educação de jovens e adultos, com a finalidade de identificar a demanda ativa por vagas de EJAIT na rede pública e realizar o acompanhamento do itinerário formativo, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e demais instituições de assistência a mulheres e homens do campo, por residência ou local de trabalho, a partir da publicação deste Plano.

8.7 – Garantir relação professor-estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do Custo Aluno Qualidade – CAQ, regulamentado por meio de política que vise ao desenvolvimento de estudos para regulamentar o custo aluno-qualidade diferenciado da educação do campo, com ações articuladas e construídas entre a esfera administrativa de governo e movimentos sociais, até o primeiro biênio de vigência deste Plano.

8.9 – Destinar área específica às práticas agroecológicas, assim como construções que permitam o cultivo e oficinas de trabalho, no terreno próprio da escola, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo, promovendo inclusive intercâmbio com as escolas da cidade.

8.11 – Articular mecanismos de cooperação entre o Distrito Federal e a União para implementar e avaliar as políticas públicas destinadas à melhoria das escolas e da qualidade de vida no campo, a partir da publicação deste Plano.

8.12 – Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis federais no 10.639, de 2003, e no 11.645, de 2008); o Parecer CNE/CP 003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais



para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana; e a Lei no 4.920, de 2012.

8.13 – Implementar políticas de prevenção à interrupção escolar motivada por preconceito, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

8.14 – Garantir que as escolas de educação do campo, no exercício de suas atribuições na rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção e na reparação das violações de direitos de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos (violência psicológica, física ou sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas, entre outras), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando e notificando os casos aos órgãos competentes.

8.15 – Fomentar políticas de promoção e formação educacional, em todos os níveis, de uma cultura de direitos humanos na educação do campo, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.

8.16 – Garantir o esporte e o lazer, com suprimento de material esportivo adequado, considerando também aqueles que favoreçam vivências, diálogos e reflexões para afirmação, compreensão e respeito de diferentes culturas e identidades, como são, por exemplo, a capoeira, o maculelê, a catira, o break, entre outros.

8.17 – Implementar a educação musical, conforme a Lei federal no 11.769, de 18 de agosto de 2008, considerando ainda, para tal fim, a cultura musical camponesa.

8.19 – Construir, com as comunidades escolares, propostas pedagógicas e calendários escolares que respeitem períodos de plantio-colheita, fatores geográficos, culturais e ***ambientais locais***, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências, e as legislações que regem os sistemas de ensino.

8.20 – Implementar políticas de universalização de acesso e permanência na educação básica das pessoas que não tiveram acesso à escola em idade própria, como parte da política distrital de universalização da alfabetização.

8.21 – Garantir a permanência das escolas na comunidade do campo, evitando, quando for o caso, a nucleação das escolas do campo; quando necessário, que se realize no próprio campo, assegurando o direito de crianças, jovens, adultos e idosos de estudarem na comunidade em que vivem, conforme determinado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.

8.22 – Garantir às escolas do campo organização flexível na formação de turmas, determinando o número mínimo de estudantes, conforme estudo de demanda por comunidade a ser realizado anualmente pela Secretaria de Estado de Educação.

8.23 – Garantir a educação infantil à população do campo, considerando os princípios formativos e as matrizes históricas, sociais e culturais da educação do campo.

8.30 – Garantir atendimento adequado e acolhedor às crianças, aos adolescentes e aos jovens que migram das escolas rurais para as escolas de área urbana.

8.31 – Identificar e disseminar processos pedagógicos inovadores e experiências bem sucedidas de educação do campo.



8.32 – Construir bibliotecas e laboratórios de informática nas escolas do campo, assistidos por profissionais, e ampliar o acervo das bibliotecas, principalmente para aquisição de livros paradidáticos, materiais de pesquisa e recursos tecnológicos, transformando-as em lugar de referência cultural para a comunidade local, a partir da publicação deste Plano.

8.34 – Garantir a política de transporte escolar exclusivo com monitor para a educação do campo, conforme a legislação vigente, que assegure o direito aos estudantes em todas as etapas e modalidades de ensino, assim como em todos os turnos, incluindo a presença da família no ambiente escolar quando necessário e visando ao acesso e à permanência na escola, com padrões adequados de segurança, seguro de vida coletivo e condições de trafegabilidade em vias públicas.

8.37 – Estabelecer parcerias com associações e cooperativas de agricultores que produzem alimentos orgânicos, com acompanhamento da vigilância sanitária e da secretaria com atuação na área de agricultura e desenvolvimento rural, assim como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF, para aquisição e melhoria da merenda escolar, assim como regulamentar a política de aquisição de alimentação escolar no Distrito Federal, de modo que pequenos agricultores, mesmo que não associados ou cooperados, possam fornecer gêneros alimentícios à escola próxima, com possibilidade de aquisição na relação direta entre a unidade escolar e o produtor.

8.39 – Implementar espaços de vivência (escola-parque) nas escolas do campo como ambientes para o ensino de artes (oficinas de música, artes cênicas, artes visuais, literatura), dança e educação física escolar, ofertadas aos estudantes conforme as Diretrizes da Educação do Campo.

Princípios da Educação do Campo

“Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança... A compreensão da história como possibilidade e não determinismo seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega. “

Paulo Freire

O Conceito de Educação do Campo, conforme o PPP Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, é novo, tem pouco mais de 10 anos. Surgiu como denúncia e como mobilização organizada contra a situação atual do meio rural: a situação de miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo, situação de desigualdades econômicas, sociais e culturais, que também são desigualdades educacionais.

Seus sujeitos principais são as **FAMÍLIAS** e as comunidades de sem-terra, camponeses, pequenos agricultores, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e muitos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo, articulados em torno de movimentos sociais e sindicais, de universidades e de organizações não governamentais. Todos buscando alternativas para superar essa situação que desumaniza a população do campo, mas também degrada a humanidade como um todo.

Uma das mais marcantes características desse movimento é seu inseparável debate sobre os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira e o papel

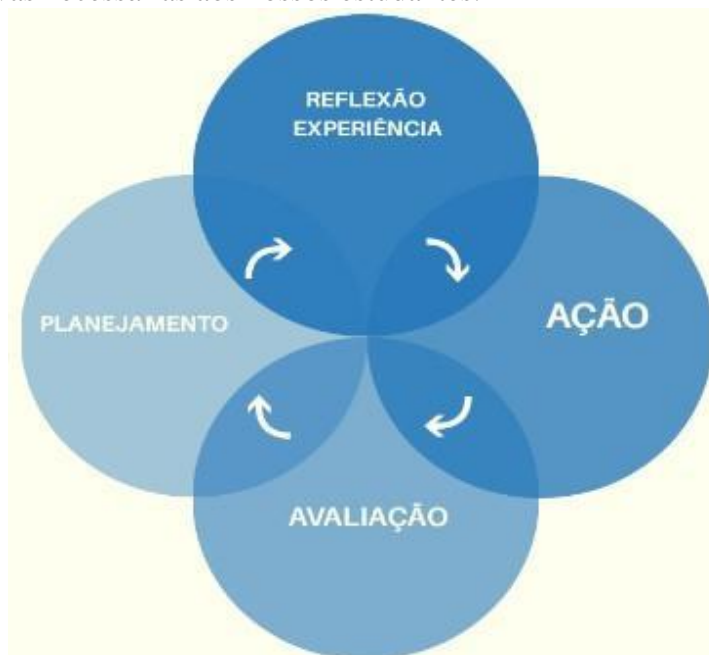


do campo nos diferentes modelos. A especificidade mais forte da educação do campo, em relação a outros diálogos sobre educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ele se enraíza. A afirmação de que só há sentido no debate sobre educação do campo como parte de uma reflexão maior sobre a construção de um projeto de nação é o chão inicial capaz de garantir o consenso dos que se reúnem em torno desta bandeira.

A luta principal da educação do campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação que seja no e do campo: **no campo**, porque as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde vivem; **do campo**, porque as pessoas têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. E esta educação inclui a escola: hoje uma luta prioritária, porque há boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito de acesso à educação em seus vários níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior. Não faz sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios.

A base fundamental de sustentação da educação do campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano.

Temos como proposta um paradigma desafiador nessa construção dentro do contexto: reflexão - experiência - ação – avaliação, resultando em sementes de aprendizagens significativas necessárias aos nossos estudantes.



Essa viabilização e mediação devem estar inseridas no tempo de desafio, onde os conceitos, valores humanos, formas de sustento e raízes do sujeito do campo sejam valorizados e incentivados oferecendo a ele um conhecimento acadêmico que possa acompanhar ajudando a melhorar e garantir as condições de permanência e intelectual



orgânico em sua localização de residência, vida social com dignidade e tecnologias a fim de que possam ter o que é de direito a todos os brasileiros conforme a nossa Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde diz que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mais do que uma definição, nossa missão firma-se na busca do melhor em todas as ações educativas, dentro e fora da sala de aula. E isso somente é possível por meio de um currículo integrado, transdisciplinar, onde as matrizes do campo se façam presente atendendo ao que foi conquistado por meio de decretos e portarias. Lutando pelos devidos reconhecimentos em forma de lei.

A conscientização do valor, do respeito mútuo, a compreensão da existência das diversidades humanas e de saberes, seja do campo ou da cidade e a autonomia solidária, bem como, seu valor e papel na sociedade integram o projeto de educação transformadora em todas as etapas de ensino ofertada em nossa Unidade de Ensino.

7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

As metas a seguir expostas edificam a concretude da realização dos objetivos da Escola Classe Cachoeirinha desenvolver:

Ações, projetos e programas que possibilitem o desenvolvimento de uma cultura organizacional que alcance novas competências educacionais e gerenciais;

Promover a constante atualização tecnológica;

Adequar a estrutura física às demandas educacionais, à inovação e ao aperfeiçoamento intermitente do processo educacional;

Desenvolver a gestão empreendedora;

Consolidar a imagem de educação do campo, o incentivo à convivência família e Escola;

Estabelecer e fortalecer parcerias para as novas realidades educacionais que permeiam nossa realidade de educação do campo;

Aumentar as condições de sustentabilidade financeira às famílias desta comunidade através do apoio e parceria com a escola, e órgão do governo com EMATER, EMBRAPA entre outros que apoiam os produtores do campo.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com



respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade- escolaridade (BRASIL, 2010 a, p, 12).

8. FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Do ponto de vista teórico, ampara-se, entre outras fontes, em referências contidas nos Pressupostos Teóricos e respectivos conteúdos programáticos do Currículo em Movimento da Educação Básica. Mais atentos no ano de 2019 em relação às adequações curriculares apresentadas a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nossas ações são norteadas ainda pela Orientação Pedagógica: *Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas* da SEEDF e, atualmente, nos documentos orientadores de retorno presencial das aulas. Pensamos que o *corpus* documental aqui elencado se constitui em importante espaço de reflexões e estudos sobre as práticas educacionais.

Ademais, estes documentos visam orientar quanto à organização do trabalho pedagógico, de modo que nesta ação, os responsáveis pela elaboração e condução do processo de ensino possam reconhecer as diferenças individuais e sociais que permeiam o universo da escola.

Conforme os encaminhamentos contidos nos documentos aqui selecionados, o reconhecimento da pluralidade permitirá que, conscientemente, a escola seja um agente de transformação na vida dos educandos. Nesse sentido, as reflexões subtraídas do *corpus* documental selecionado apontam, ainda, para a construção gradativa de uma escola comprometida não só com o processo de ensino e aprendizagem, mas também como um ambiente que se afirma enquanto importante referência no espaço social, com condições cada vez mais reais de interagir e modificar a realidade social na qual está inserida e com a qual lida diariamente.

Faz-se importante destacar que os recortes teóricos e metodológicos aqui efetuados se justificam na medida em que se alinham ao entendimento contido nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica quando este, a partir de Paulo Freire, afirma que,

[...] a escola é feita de gente, de eu e de nós. Não se trata apenas de espaço físico, de salas de aula, de quadras, refeitórios ou sequer de seu conteúdo. A escola é um lugar de instrução e socialização, de expectativas e contradições, de chegadas e partidas, de encontros e desencontros, ou seja, um ambiente onde as diversas dimensões humanas se revelam e são reveladas (p. 10)^[3].

Associada à valorização dos aspectos humanos recomendada por Freire e levando em conta os eixos transversais que garantem a unidade curricular – Educação para Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade^[4] – no desenvolvimento da Educação Integral, buscamos contemplar, sobretudo, as dimensões políticas e pedagógicas do PPP desta Unidade de Ensino. Ressaltamos que os instrumentos aqui elencados, aludem para a necessidade de se repensar a escola que temos, buscando a que queremos, principalmente, no contexto em que vivemos na pandemia. Esta prática contribui para que possamos exercer nossa função social no que diz respeito à construção de uma escola pública democrática, de qualidade, inclusiva, tecnológica e comprometida com as questões ambientais.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Entendemos o currículo como o conjunto de todas as experiências vividas e das atividades de aprendizagem oferecidas pela escola, capaz de propiciar a consecução dos objetivos expressos na proposta pedagógica da instituição.



“O Currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdadas e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”.

Gimeno Sacristán – 99

O currículo é movimento e envolve as práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que garanta a qualidade das aprendizagens.

[...] constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010b, p. 28).

Ao trabalhar em um ciclo no qual a alfabetização, letramento e ludicidade são o alicerce, é necessário “compreender o processo de alfabetização para além da apropriação do código, ela passa por diversas linguagens, saberes e aspectos socioculturais e socioemocionais, bem como pela resolução de problemas cotidianos. Assim, a alfabetização e letramentos são processos distintos, porém, indissociáveis e interdependentes, devendo acontecer na perspectiva da ludicidade”. A ludicidade nos permite viver de forma prazerosa, criativa, curiosa e reflexiva, carregada de sentido e significado e nesse contexto o aprendizado é valorizado e compreendido como algo que conquistamos e pertence a nós. A construção do conhecimento se dá com a convivência, cada um contribuindo, desafiando o outro e se desafiando, experimentando, usando o imaginário, reconstruindo e reforçando valores e sentimentos.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A E.C. Cachoeirinha atende estudantes de Educação Infantil (1º e 2º Períodos), Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5ºano) Educação Integral, que estão organizados no sistema de ciclos para as aprendizagens, sendo:

• 1º Ciclo/Educação Infantil	• 1º período • 2º período
• 2º Ciclo/Anos Iniciais	• 1º Bloco: BIA • 2º Bloco: 4º e 5º anos

A organização escolar em ciclos, tendo como base a progressão continuada, efetiva-se por meio de cinco elementos da organização do trabalho pedagógico: gestão democrática, formação continuada dos profissionais da educação, coordenação pedagógica, avaliação formativa, organização e progressão curricular. Somente um trabalho em equipe – comprometido com a aprendizagem de todos – será capaz de conduzir os estudantes ao sucesso.



Para esses atendimentos contamos com a colaboração de diversos profissionais da área de educação, que em conjunto buscam o crescimento biopsicossocial dos alunos aqui atendidos, almejando criar um espaço convidativo, pois estes precisam gostar e querer estar na escola.

Freitas (2000, p.21) menciona que:

O aprender é um processo de significação objetiva do ser, isto é, necessita ser exercido como liberdade e não por imposição, pela simples razão de que numa relação dialógica entre sujeitos sempre ocorrerá trocas – o processo contínuo de reconhecer o outro. Quando se estabelece a reação objetivando esse processo, teremos a possibilidade de construir o saber e a aprendizagem significativa, com trocas e não por imposições sociais ou pessoais.

Com isso, o conteúdo torna-se significativo, pois é trabalhado de forma harmoniosa e integrada a outras linguagens, o que faz com que o aluno utilize o conhecimento adquirido além dos muros da escola, compreendendo sua real importância e utilizando-o em diferentes situações de sua vida.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

MATUTINO: Entrada às 08h. com saída às 13h.

Atendimento do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental de nove anos

VESPERTINO: Entrada às 13h. com saída às 18h.

Atendimento da educação infantil e 4º e 5º Ano Ensino Fundamental de nove anos

ATIVIDADES EXTRAS EM HORÁRIO CONTRÁRIO COM EDUCAÇÃO INTEGRAL:

4º e 5º ano Ensino Fundamental de nove anos - Entrada às 08h. \ saída às 13h.

1º ao 3º ano do Ensino Fundamental de nove anos - Entrada às 13h.\ saída às 18h.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Café da manhã - 8h.
- Almoço - 12h / 13h.
- Lanche da tarde - 15h10.
- Janta - 17h10



PERÍODO LETIVO

O período letivo se constitui conforme o calendário da Secretaria de Educação do Distrito Federal com o ensino regular. Sempre tendo como base o currículo de Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Integral para o Campo.

A UE é a representante do Estado mais próxima que a comunidade, consciente da importância desse papel social para com a comunidade, a escola mantém-se aberta ao diálogo constante com a comunidade, oferecendo sempre que possível, suporte para práticas educativas, culturais e esportivas.

METODOLOGIAS DE ENSINO ADOTADA

Partindo dessa premissa, a Escola Classe Cachoeirinha se apresenta como local onde a dignidade da vida se constitui como referencial maior na construção de uma sociedade justa e fraterna. A Escola promove a educação como processo contínuo de transmissão, troca, construção e desenvolvimento de conhecimentos, culturas e valores, ao considerar que, apesar de todo o aparato que envolve a ação educativa, é nas relações humanas que reside a essência da formação dos indivíduos.

No entanto, para a Escola Classe Cachoeirinha, não basta estar a serviço do estudante como indivíduo. É preciso, além disso, estar presente na sociedade de tal modo que o estudante, ao desempenhar seu papel, contribua com a construção de um mundo que respeite a vida em todas as suas dimensões.

A construção da identidade da Escola do campo se baseia nos princípios norteadores da concepção de educação, “[...] compreendida a partir da intersecção dialógica entre a pedagogia da Educação do Campo” (CNE/CEB, 2008 Art.1ºincisos 1º2º3ºArt.7ºinciso1º) definindo, nessa dimensão, o trabalho pedagógico que nela se realiza.

ATUAÇÃO DAS EQUIPES ESPECIALIZADAS

Fundamentação legal:

A Escola Classe Cachoeirinha é uma Instituição Educacional Inclusiva, onde a comunidade escolar procura respeitar e atender as especificidades de todos os alunos.

O atendimento educacional especializado que oferece aos alunos com necessidades educacionais especiais – ANEE’s segue a filosofia da Inclusão Educacional proposta pela Declaração de Salamanca e está fundamentado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e na Estratégia de Matrícula da SEE/DF – 2008.

Para que esta inclusão se efetive são necessárias a modificação das práticas pedagógicas e a adequação do currículo, construídas coletivamente com a comunidade escolar e a complementação curricular, realizada na Sala de Recursos, por meio do professor de apoio especializado.

OBJETIVO GERAL



Orientar e acompanhar as ações pedagógicas relacionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais com vistas a promover seu desenvolvimento global através de constante interação entre a comunidade escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar a comunidade escolar quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades escolares;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição das adequações curriculares necessárias;
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e sua participação no processo educacional;
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisão acerca do atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns e nas turmas de integração inversa;
- Atuar como docente nas atividades de complementação curricular específica.
- Propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação.

OPERACIONALIZAÇÃO:

Atender os ANEE incluídos nas classes comuns em pequenos grupos ou individualmente:

Realizando atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos psicológicos básicos como atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros;

Proporcionando aos alunos o conhecimento de seu corpo, levando-os a usá-lo como instrumento de expressão consciente na busca da sua independência e na satisfação de suas necessidades;

Fortalecendo a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas a partir de suas necessidades e motivações;

- Auxiliar o ANEE ou o professor da classe comum e da turma de integração inversa na própria sala de aula, quando necessário;
- Promover reuniões pedagógicas periódicas com o professor regente e coordenador local, no seu horário de coordenação;
- Participar de reuniões com a Coordenação Intermediária da DRE de São Sebastião e com a Diretoria de Educação Especial;



- Participar de Estudos de Caso dos ANEE incluídos, juntamente com a Coordenação Intermediária, professor regente e profissionais da Equipe de Atendimento/Apoio à Aprendizagem para adequações educacionais necessárias;
- Participar de devolutivas à família e à escola sobre encaminhamentos propostos e apoios necessários aos alunos avaliados pela Equipe de Atendimento/Apoio à Aprendizagem;
- Auxiliar na execução das Oficinas Temáticas realizadas pela Equipe de Atendimento/Apoio à Aprendizagem;
- Promover Grupos de Estudo, dinâmicas e oficinas para informar e sensibilizar a comunidade escolar sobre a Educação Especial, Inclusão Educacional, características das deficiências, legislação em vigor e confecções de materiais pedagógicos.

Concepção de inclusão

A inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como o estudante se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente.

Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem é de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que a Escola pode oferecer. A Escola Classe Cachoeirinha prioriza o bem estar dos estudantes, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram. Estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas por profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre Escola e estudante. A partir disso, são apresentados os possíveis encaminhamentos para os casos que a Escola se dispõe a dar os devidos encaminhamentos para área da saúde ficando a cargo das famílias o comparecimento às consultas marcadas e o comparecimento quando convidadas e/ou convocadas à escola.

Educadores Sociais Voluntários

Para a efetivação da proposta pedagógica e o pleno desenvolvimento da Educação Integral a Escola Classe Cachoeirinha, passou a contar, em 2016, com os Educadores Sociais Voluntários – ESV. Esses profissionais emergem na comunidade escolar a partir de um programa da SEDF, intitulado “Programa Educador Social Voluntário”. Sua atuação tem como foco o auxílio nas intervenções pedagógicas e no desenvolvimento dos projetos oriundos da PP .

De acordo com o número de estudantes inscritos conforme a PORTARIA Nº 63, DE 27 DE JANEIRO DE 2023, que estabelece o Programa Educador Social Voluntário (ESV) no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, temos a presença de 03 ESV para atuação em 2023.



Organização da Coordenação Pedagógica/Plano de Ação

No que tange à organização do trabalho pedagógico, a E.C. Cachoeirinha estrutura se nas seguintes condições:

· Coordenações Individuais e Coletivas:

I- Às quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na unidade escolar para formação e assuntos administrativos;

II- Às terças-feiras destinadas à coordenação com o Coordenador Pedagógico, ou de formação nos cursos oferecidos pela SEDF.

III - Às quintas-feiras destinadas à coordenação com a Coordenadora Pedagógica para elaborar o planejamento semanal.

IV - Os demais dias da semana serão destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente da unidade escolar.

A missão do professor

Para nós, o professor é o estimulador, mediador e facilitador da ação pedagógica, deixou de ser a figura central do processo de ensino-aprendizagem, para fazer parte dele, num papel ativo e responsável. Tem o foco em criar no aluno uma relação positiva com o saber, para que ele descubra o prazer em aprender sempre mais. Ciente da importância de sua formação permanente e está sempre buscando novas possibilidades. É inquieto, tem a mente aberta e senso crítico e atitude investigativa.

Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

A formação contínua e a continuada constituem prioridades da Escola Classe Cachoeirinha, coadunando com a perspectiva teórica contemporânea, com suas próprias demandas da Secretaria de Educação com o intuito de: oferecer encontros de educação continuada de qualidade; criar espaços de diálogo nas instituições; fomentar a leitura e “amarração” da parte teórica com a prática; e participar dos eventos. A Escola também oferece encontros pedagógicos em forma também de estudos:

A coordenação pedagógica: refere-se ao confronto com a realidade educativa, por meio da reflexão sobre o currículo, as tecnologias e as metodologias que deem conta de melhorar a aprendizagem de todas as crianças e estudantes.

“A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos de pessoas é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo,

na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la.”

Vitor Henrique Paro

Permanência e êxito escolar dos estudantes

A educação deve ser considerada como processo para o desenvolvimento humano integral, instrumento gerador das transformações sociais. Acreditamos que é base para



aquisição da autonomia, fonte de visão prospectiva, fator de progresso econômico, político e social.

De fato é o elemento de integração e conquista do sentimento e da consciência de cidadania. Nessa concepção de educação, a finalidade é formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando o bem-estar do homem no plano pessoal e coletivo. Para tanto, esse processo deve desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a capacidade de análise e síntese, o autoconhecimento, a sociabilização e a autonomia, assim como a responsabilidade.

Oferecer ambiente criativo que favoreça o desenvolvimento de tais competências para que o ser consiga traduzir, em sua existência, a sua essência. Nessa perspectiva, nossa prática pedagógica direciona-se para a construção de valores como justiça, solidariedade, cooperação e respeito. Esses valores são concebidos como a base do exercício da cidadania, meta da educação brasileira, explicitada na legislação de ensino.

Concebemos o homem como pessoa, transcendente, com potencialidades, livre, única, sujeito de sua história, relacional, ativo, criativo em busca constante da perfeição e da felicidade.

A escola como instituição social, deve possibilitar o crescimento humano nas relações interpessoais, bem como propiciar a apropriação do conhecimento elaborado, tendo como referência a realidade do aluno. Nesse contexto, deve possibilitar ao aluno a aquisição de uma consciência crítica que lhe amplie a visão de mundo. Essa visão de mundo deverá dar-lhe condições de uma leitura interpretativa dos fatos sociais, das relações interpessoais e dos homens com a natureza.

Nossa instituição de ensino vem atualmente reestruturar seus trabalhos pedagógicos com base em orientações estabelecidas no Programa Nacional de Educação do Campo, conforme cita a Lei nº 12.695, de julho de 2012. (conversão da MP 562/2012)

Concebemos o estudante como pessoa, transcendente, com potencialidades, livre, única, sujeito de sua história, relacional, ativo, criativo em busca constante da perfeição e da vida. Dentro desse sentido amplo e complexo, o homem deve ser atendido em toda a sua dimensão e deve dispor dos recursos que satisfaçam a sua necessidade, para que analise, compreenda e intervenha na realidade.

É fundamental que se garanta uma formação integral voltada para a capacidade e potencialidades humanas. A formação integral deve ser entendida como saber essencial, isto é, aquela que proporciona ao ser humano o saber sentir, saber inovar, saber refletir, saber fazer, saber ser crítico e saber ser ético.

Todas as crianças, estudantes, professores e funcionários da Escola Classe Cachoeirinha são considerados sujeitos singulares, possuidores de uma história e de uma cultura. A trajetória dos sujeitos constitui o desenvolvimento humano como algo que acontece por conta das aprendizagens que ocorrem na escola e fora dela, caracterizando-se pelas transformações biológicas, emocionais, sociais, psicológicas e culturais que ocorrem ao longo da vida.

A equipe escolar como um todo, é parte colaborativa no processo da busca ativa com o uso das tecnologias de comunicação a distância e quando necessário vai pessoalmente em busca dos estudantes que apresentem 3 faltas consecutivas ou 5 em um prazo de 30 dias corridos.



Recomposição das aprendizagens:

A Escola Classe Cachoeirinha, ciente dos défices de aprendizagem durante o período pandêmico de 2020 e 2021, onde os estudantes do DF ficaram impossibilitados de frequentarem às aulas presenciais e que a grande parte os estudantes não tiveram acesso a meios tecnológicos para acompanhar as aulas on-line, não conseguindo realizar as tarefas impressas por variados motivos que interfere no aprendizado as crianças moradoras de área de alta vulnerabilidade, apresenta em 2023 o planejamento onde cada criança, foi acompanhada, participando da avaliação diagnóstica e em posse do conhecimento de cada criança o professor junto a equipe de orientação educacional e a coordenação pedagógica elabora plano de ação para cada grupo de estudantes a fim de adequar as atividades e conteúdos necessário.

Implementação da Cultura de Paz:

Sendo a escola um espaço privilegiado para a construção da cidadania, para um convívio respeitoso entre pessoas diversas em suas cores, etnias, gêneros, orientação sexual, idades, condições socioeconômicas e religiosidades. Portanto, é capaz de contribuir para a garantia dos direitos humanos, no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz.

Nesse caminho, a escola busca ampliar o diálogo, o exercício da escuta e o protagonismo estudantil, com o intuito de que cada um(a) se comprometa com sua atuação, sendo parte de um processo coletivo para o alcance de uma Cultura de Paz.

Com o objetivo de auxiliar o estudante nesse processo a Escola Classe Cachoeirinha elaborou o projeto “ Me aceita como eu sou” que trabalha no intuito de permitir à criança um momento de reflexão acerca do seu próprio EU e do PRÓXIMO permitindo e possibilitando a construção do hábito de conversar e procurar entender as demandas que a convivência com a grande infinidades de pessoas traz.

11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÃO E PRÁTICAS

Avaliação para as aprendizagens

Sabendo que:



- A aprendizagem se desenvolve a partir da problematização de situações contextualizadas, levando em conta a visão de mundo do aluno.
- A construção do conhecimento e a concepção que fundamenta o currículo;
- A mediação entre o conhecimento e o agir educativo;
- A vivência de valores de justiça, fraternidade, liberdade, solidariedade, alteridade, seriedade, respeito, reciprocidade e responsabilidade;
- A construção de uma ética das relações e compromissos entre as pessoas e delas com sua cidade e seu país;
- A intencional transmissão e vivência de valores humanos e respeito a diversidade da comunidade do campo.
- Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e contribuições para a melhoria de vida, fidelidade aos princípios éticos.
- No processo de construção do conhecimento, valoriza-se a tradição, o saber elaborado no decorrer da história da humanidade, a memória histórica, além de incentivar a elaboração de novos conhecimentos, estabelecendo sentido e significação para a ação humana.
- A partir das necessidades da criança e do estudante, a fim de garantir um percurso formativo fundamentado na inseparabilidade do educar e do cuidar, de modo que as etapas da Educação Básica sejam respeitadas em suas especificidades, atentando para a articulação das dimensões orgânica e sequencial. (BRASIL, 2010a).



A avaliação é um processo contínuo e formativo que tem início no primeiro dia de aula (Avaliação Diagnóstica) e se faz presente em todas as atividades no decorrer do ano letivo. Dentro e fora da sala de aula, no dia a dia, levando em consideração a intenção do avaliador.

No que se refere ao processo, a avaliação é global, contínua e processual, desenvolvida por meio da observação direta do progresso do aluno nas atividades específicas de cada etapa, levando em consideração o seu desenvolvimento biopsicossocial, cultural e suas diferenças individuais, abrangendo a formação de hábitos e atitudes.

Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), coexistem duas funções da avaliação, em quaisquer níveis de avaliação: aprendizagem, institucional e em larga escala, sem que haja dicotomia ou mesmo disparidade entre elas. Contudo, acredita-se que a avaliação formativa serve para que os processos sejam conduzidos de maneira atenta e cuidadosa, a fim de que não se priorize o produto (quantidade) em detrimento da qualidade a ser considerada em todo decurso.

Na **Educação Infantil**, a avaliação acontecerá através da observação sistemática, registros, questionários, relatórios, portfólios sem ter como objetivo final a promoção do aluno. Essas anotações e observações irão compor o Relatório Descritivo Individual da criança – RDIC, instrumento semestral enviado pela SEEDF.



No **Ensino Fundamental Anos Iniciais**, o docente conta com o Registro de Avaliação – RAV e o Registro do Conselho de Classe, que devem constar as informações as aprendizagens de cada aluno e principalmente quais foram as intervenções que foram realizadas para que o estudante conseguisse alcançar as aprendizagens... “ é imprescindível assegura a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes, uma vez que lhe é inerente a avaliação formativa e garante a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. A Vivência, estratégia adotada pela SEEDF para o segundo ciclo da Educação Básica e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, possibilita esse avanço, promovendo os estudantes para o ano escolar seguinte sempre que seu progresso for evidenciado. Esse processo não ocorre dissociado de um processo avaliativo diagnóstico de caráter formativo”. (Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala-2014, p. 15-16)

Os resultados da avaliação do desenvolvimento dos alunos são registrados em relatórios individuais e comunicados aos pais ou responsáveis bimestralmente (anos iniciais), semestralmente (educação infantil).

O professor acompanhará o processo avaliativo através de registros diários sobre os alunos que ao final subsidiarão o preenchimento do instrumento de avaliação.

A auto-avaliação é outro instrumento importante para o planejamento da autogestão, para o estabelecimento de metas pessoais, para o aprendizado com os erros, na observação das evoluções constantes e estímulo à autoconfiança e autonomia do aluno.

Conforme Rubem Alves:

“Ao invés de avaliar suas aulas em termos de rendimento escolar, o professor deverá fazer perguntas, ao final delas, se seus alunos sairão dali mais felizes, mais humanizado, mais saudável, inteiro. Se o conhecimento aprendido lhes trouxe algum novo sentido para suas vidas, se eles sentiram sabor em saber mais”.



É importante salientar que, na perspectiva prevista pelo Currículo em Movimento da Secretaria de Educação, os instrumentos de avaliação deverão ser plurais, a fim de que as variadas formas de apreensão do conhecimento e reflexão sobre ele possam ser alcançadas. Nesse sentido, o professor não deverá utilizar somente provas e/ou testes formais como forma de avaliação, a fim de que se evite que apenas um tipo de verificação seja



privilegiado, em detrimento da riqueza que a diversidade de aprendizagens pode proporcionar.

Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), a função social da escola se revela eticamente quando consegue garantir as aprendizagens de todos.

A avaliação compreenderá três momentos específico:

1. Avaliação diagnóstica, cujo objetivo não é atribuição de notas, mas sim dar ao professor uma noção do estágio de aprendizagem dos estudantes em determinado processo de aprendizagem. É realizada pelos professores, de maneira livre, sempre que um novo objeto de conhecimento precisa ser trabalhado.

2. Avaliação processual e formativa, que considera o processo de construção do conhecimento dos estudantes em todas as fases do ato educativo. Testes/Avaliações Bimestrais: Aplicação dos critérios descritos de forma contínua para visualização da evolução dos estudantes. Depois, em segundo momento, análise daqueles que apresentam com defasagem e que participam ou participarão de reagrupamentos, reforço escolar e Projeto Interventivo;

Recuperação da Aprendizagem

A recuperação da aprendizagem é um direito do estudante e um dever do professor, como forma de possibilitar-lhe o avanço real em suas competências. Nesse sentido, organizar-se-á em dois momentos distintos:

1) De modo contínuo, ao longo do ano letivo e antes do fechamento de notas de cada bimestre letivo, como forma de garantir o avanço na aprendizagem dos estudantes. Deverá ser registrado, no mínimo, um momento de recuperação contínua, em cada uma das disciplinas, ao longo do bimestre. Para essa modalidade de recuperação, deverão ser utilizadas estratégias diferenciadas de aprendizagem e de avaliação. A realização dessas atividades será regulada pelos docentes, sob a supervisão dos coordenadores pedagógicos.

Conselho de Classe

O Conselho de classe é formado pelo colegiado de professores, um representante da direção, o coordenador pedagógico, o supervisor pedagógico e um representante discente de cada turma – em parte da reunião do Conselho, com o objetivo primordial de acompanhar e avaliar a escola, o processo de educação, de ensino e de aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, trata-se de ferramenta que busca a avaliação qualitativa dos processos de ensino-aprendizagem, como forma de se possibilitar a professores e a estudantes uma revisão da prática pedagógica, com o objetivo de se verificar os rumos a serem alvo de maior atenção no desenvolvimento das diversas práticas pedagógicas.

Visa ainda a diagnosticar as causas dos desempenhos insatisfatórios e identificar meios adequados à superação de tais deficiências de aprendizagem dos estudantes.

Ressalte-se que o Conselho de classe não pode ser reduzido à constatação e à contemplação dos percentuais estatísticos de estudantes aprovados e reprovados. Deve, ao contrário, promover e fortalecer, na comunidade escolar, o compromisso com o processo pedagógico, por meio da reflexão e da discussão da prática, auxiliando na avaliação do cotidiano escolar, traçando caminhos que minimizem a evasão e a repetência escolar, possibilitando, principalmente, a consolidação da proposta curricular.

Os processos avaliativos ocupam espaço privilegiado, uma vez que permitem a análise qualitativa e quantitativa das práticas educacionais. Além disso, possibilitam que



os gestores educacionais, estudantes, professores e a comunidade escolar possam reordenar os rumos das práticas de ensino-aprendizagem, em busca de uma práxis educacional efetivamente libertadora e crítica.

Nessa perspectiva, no que tange à avaliação qualitativa e formativa, o Conselho de Classe Participativo ganha espaço privilegiado para a reflexão do fazer educacional. Mais ênfase ainda se dá a essa estratégia avaliativa quando se pensa a organização dos tempos e espaços escolares na perspectiva dos Ciclos Escolares.

Baseando-se nessa breve justificativa teórica, a equipe pedagógica propõe a realização do Conselho de Classe na perspectiva participativa, nas seguintes condições:

1. Para a Educação Infantil e os Anos Iniciais:

- Será organizado em três dias, sendo: primeiro dia, 1º e 2º períodos, segundo dia, BIA e terceiro dia, 4º e 5º anos.

- Após análise dos aspectos escritos, coletivamente, discentes, docentes e agentes educacionais redigirão um “Contrato e Intenções Pedagógicas” descrevendo as principais ações a serem empreendidas por todos os segmentos para que, no bimestre seguinte, garantam-se condições de aprendizagem a todos.
- Essa dinâmica do Conselho será realizada com todas as turmas, individualmente, durante todo o dia letivo.
- Deve-se reiterar que, na perspectiva de uma educação reflexiva e voltada para o desenvolvimento da cidadania e participação social, o Conselho de Classes nesses moldes, representa, efetivamente, um valioso instrumento pedagógico. Portanto, é mais uma oportunidade de se ampliar competências e habilidades ligadas ao desenvolvimento do espírito crítico reflexivo, na medida em que possibilita ao educando assumir papel decisivo nos rumos de sua aprendizagem.

Avaliação Institucional da Unidade Escolar

Realizada aos finais dos semestres com a presença do corpo docente e discente da escola, sendo garantido o direito de fala e de posicionamento a todos os participantes, as crianças podem participar com desenhos, textos ou discursos, assim como os adultos podem se expressar de diversas formas a fim de expor suas necessidades e ansiedades com relação ao trabalho realizado pela instituição com o objetivo de propor melhorias e replanejar as ações para o semestre seguinte.

12. PLANO DE AÇÃO ESPECÍFICOS

Plano de ação da coordenação pedagógica

Planos e metas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo pela coordenação pedagógica:

Diariamente:

- Cumprir a Rotina escolar;



- Acompanhar a entrada e a saída dos alunos;
- Analisar o Plano de Aula dos professores intervindo se necessário;
- Realizar registros sobre a observação do trabalho dos professores;
- Programar junto aos professores medidas necessárias para a melhoria do ensino e da Aprendizagem;
- Apoiar juntamente com o professor ajudando-o a superar dificuldades de conteúdo, estratégias, gestão de sala de aula, relacionamento com alunos;
- Observar cadernos dos alunos;
- Verificar com os professores os alunos faltosos;
- Verificar junto ao diretor substituição dos professores ausentes, de acordo com a escala;
- Atender os pais ou responsáveis no que se refere às questões pedagógicas;
- Verificar a disponibilidade de materiais didáticos para as aulas;
- Analisar as avaliações diagnósticas mensais e bimestrais com antecedência;
- Realizar na entrada momentos reflexivos sobre valores com músicas e conversas;
- Encaminhar para a Equipe Especializada e Sala de Recursos os alunos com dificuldades de aprendizagem e PNE.

Semanalmente:

- Avaliar o cumprimento da Rotina;
- Assistir aulas nas classes observando as estratégias de ensino de cada professor;
- Realizar reuniões pedagógicas com os professores para avaliar a prática em sala de aula;
- Analisar os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores; • Fazer levantamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

- Planejar com os professores, intervenções para os alunos que não fazem deveres de casa e não entregam os trabalhos na data marcada;
- Organizar, junto aos professores, aulas de reforços;
- Acompanhar, analisar e avaliar o processo de recuperação 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano
- Acompanhar projetos pedagógicos, atividades desenvolvidas na Sala de aula e na Sala de Leitura, implementar as ações que se fizerem necessárias;
- Verificar no DIÁRIO as notas parciais registradas pelos professores;
- Participar de reunião com diretor, secretária para avaliação do cumprimento das metas e replanejamento;
- Verificar os cadernos de planos e registros da prática pedagógica;
- Visitar a biblioteca;
- Visitar a sala de informática;
- Realizar o reagrupamento intra e extraclasse
- Realizar PI

Mensalmente:

- Participar de reunião com equipe gestora;
- Planejar a reunião pedagógica para os professores de acordo com as necessidades;
- Reorganizar a Rotina Semanal;



- Realizar junto aos professores análise e reflexão sobre os trabalhos por eles desenvolvidos;
- Comparar os registros dos cadernos dos alunos com o Plano de Aula do professor e a Matriz Curricular;
- Promover a reorganização dos conteúdos nos quais os alunos tiveram dificuldade para serem novamente explicados, antes da aplicação da recuperação paralela, no qual ele tem direito (Avaliação contínua);
- Fazer levantamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, usando essas informações para reorientar a prática pedagógica (fazer diagnóstico a cada bimestre);
- Analisar os registros dos Diários de Classe; (zelar pelo cumprimento da portaria da Secretaria);
- Verificar a atualização de dados e o registro das notas pelos professores;
- Verificar o cumprimento das metas, do PPP e replanejar as ações necessárias;
- Realizar reuniões com pais para falar da vida escolar dos filhos; *Bimestralmente:*
- Planejar e organizar o Conselho de classe junto à equipe gestora;
- Analisar o resultado do desempenho de cada turma, discutir com os professores medidas corretivas, estratégias de recuperação e outras ações que contribuam para a melhoria dos resultados;
- Registrar e fazer observações do trabalho dos professores no Conselho de classe;
- Organizar Plano de Intervenção segundo as necessidades das classes;
- Repensar e avaliar as ações pedagógicas;
- Orientar para a melhoria contínua dos resultados;
- Redefinir metas ou Plano de intervenção pedagógica;
- Informar aos alunos e pais os resultados alcançados e medidas corretivas adotadas;
- Manter caderno de registro da coordenação pedagógica, com o retrato do trabalho desenvolvido na escola;

Anualmente:

- Elaborar Plano de Metas
- Analisar os resultados da escola com os professores, equipe gestora e pais;
- Propor medidas de melhoria, com base nos resultados do ano anterior;
- Participar da revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico;
- Elaborar o Cronograma Anual de Atividades, juntamente com o gestor e secretaria;
- Elaborar critérios de distribuição de turmas;
- Elaborar o horário dos professores;
- Elaborar contagem de carga horária;
- Coordenar a escolha de livros didáticos, considerando a Matriz Curricular e a Proposta Pedagógica da escola;
- Verificar se as provas mensais, bimestrais e de recuperação paralela são elaboradas de acordo com os conteúdos trabalhados;
- Acompanhar e registrar todos os eventos desenvolvidos pela escola;
- Manter a gestão escolar informada de todas as ações da coordenação pedagógica.

Avaliação das ações

- Durante o processo de construção e execução.



- Análise e avaliação dos resultados previstos e alcançados ao final de cada etapa da execução.

Cronograma

- Durante todo o ano letivo de 2023.

13. PROJETOS ESPECÍFICOS

Os projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo visam ser instrumentos de transformação de hábitos e atitudes tanto no ambiente escolar quanto fora dele, buscando o desenvolvimento pautado na sustentabilidade sempre levando em consideração a comunicação entre os conteúdos e a vivência dos estudantes de forma interdisciplinar.

Alguns dos projetos e programas que são desenvolvidos na escola tais como:

1- ME ACEITA COMO EU SOU

Tem como objetivo trabalhar a aceitação de Si e do outro, respeitando as diferenças físicas, sociais e psicológicas de cada indivíduo.

2- PROJETO DE LEITURA

Dar oportunidade para a criança conhecer o mundo encantado dos livros é um dos papéis fundamentais da escola, seja através dos clássicos infantis, contos, lendas, quadrinhos, dentre vários outros. Para isso, é fundamental que os professores sejam os elementos de ligação entre os alunos e os livros, ao mundo do faz-de-conta, pois estes ampliam o potencial imaginativo da criança, tornando-a mais criativa. Existem várias formas de incentivar a criança a gostar de ler, bem como a criar o hábito de leitura.

3- EU ME PROTEJO (maio)

O mês de maio, especificamente o dia 18, é o mês instituído pela lei federal 9.970/00, ao “Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”. Este é um projeto criado para que as crianças com e sem deficiência aprendam que seus corpos são seus e devem ser respeitados.

4- TRANSIÇÃO do 5º ano E 2º PERÍODO

A modificação na rotina, as alterações no humor, a separação de determinados grupos de amigos e a rotatividade de professores, entre outros fatores, acabam tornando o processo de transição turbulento e cercado de conflitos, tanto para os estudantes como para os professores. Fazer desse processo um momento de acolhimento entre as unidades escolares é uma das condições necessárias para o sucesso das ações pedagógicas propostas pela comunidade escolar.

5- INTERCLASSE E SHOW DE TALENTOS



Participar de competições e demonstrações de talentos como meio de educação consciente, construtiva, socializadora, permanente e transformadora.

6- PROJETO HORTA E PLANTAS MEDICINAIS

Hortas educativas com a participação de professores, funcionários e alunos, como forma de **motivar e promover uma conexão entre a realidade vivida pelo aluno e as experiências em sala de aula.**

14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

A avaliação coletiva do PPP será realizada a cada semestre com o uso de formulários google e a participação da comunidade podendo ser em conselho de classe e/ ou durante a reunião de pais e mestres com o intuito avaliar e atualizar os planejamentos a fim de entender e colaborar com a comunidade escolar, respeitando sempre os objetivos da escola para com a mesma.

A comunidade escolar poderá participar desse momento em reunião presencial ou via plataforma meet, com preenchimento de formulários eletrônicos e da forma que for viável dentro da realidade de cada família.

15. REFERÊNCIAS

Função Social da Escola site sistema para gestão escolar:

<https://dotescola.com.br/blog/os-6-direitos-de-aprendizagem-dabncc#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,a%20maneira%20como%20elas%20aprendem.>



Função Social da Escola site Brasil Escola Uol:

<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/funcao-social-escola.htm#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20escola%20%C3%A9%20o%20desenvolvimento%20das%20potencialidades,na%20sociedade%20em%20Oque%20viverem.&text=Passando%20a%20esse%20aluno%20a,sim%20em%20toda%20a%20sociedade.>

Valorização e formação continuada dos profissionais da educação: VITOR HENRIQUE PARO: <https://www.vitorparo.com.br/minicurriculo-2/>

Revista GESTÃO ESCOLAR, Edição 001, Abril 2009.

Documentos do Curso Educação do Campo – 2016 – EAPE /SEDF

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO - Leila Rocha Sarmiento Coelho - Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul.-dez. 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Lei 9394/1996

Currículo em Movimento da SEDF.

Manual da Secretaria de Escolar do Sistema de Ensino do DF.

Diretrizes de Avaliação - SEDF- 2014.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião

